

## DESPACHO JUDICIAL

**Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude**

**Autor/Requerente:** João Silva, menor, representado por sua mãe **Maria Silva**, residente em Rua das Flores, 45, 3.º Dto., 1500-018 Lisboa, NIF 123 456 789.

**Réus/Recorridos:**

1. **Associação Casa da Juventude, Lda.**, pessoa coletiva número 504 321 987, com sede na Avenida da República, 210, 1050-150 Lisboa;
2. **Carlos Mendes**, cidadão português, NIF 987 654 321, residente em Rua da Boavista, 12, 2.º Esq., 4100-123 Porto.

**Mandatários:** Dr. Luís Costa (OA 12345) e Dra. Sofia Almeida (OA 67890).

**Juiz:** Dr. António Ribeiro, Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa.

**Data:** 22 de fevereiro de 2026.

---

### I – RELATO DOS FACTOS RELEVANTES

1. A presente ação tem por objetivo a responsabilização civil e penal da **Associação Casa da Juventude, Lda.** e do seu ex-diretor **Carlos Mendes**, pelos alegados abusos sexuais continuados cometidos contra menores, entre os anos de 2015 e 2020, bem como pela omissão da obrigação legal de vigilância e proteção.
2. O requerente, João Silva, menor, foi vítima de atos ilícitos praticados no âmbito das atividades desenvolvidas pela referida associação, conforme relato detalhado na petição inicial (pág. 3 a 12).
3. Em sede de tutela de urgência, a parte autora requereu a **suspensão imediata de todas as atividades da associação que envolvam menores de idade**, até decisão final, com fundamento no risco de continuação dos atos ilícitos e na necessidade de preservação da integridade física e psíquica dos menores que ainda possam estar sob a tutela da entidade.
4. O Ministério Público, nos autos criminais conexos (Processo n.º 2023/01234 – Crimes contra a Integridade Sexual de Menores), manifestou-se favoravelmente ao pedido de medida cautelar, indicando que a manutenção das atividades da associação representa risco iminente de reiteração dos ilícitos.

---

### II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. **Código de Processo Civil (CPC), art. 294.º, n.º 1** – “O juiz pode conceder tutela de urgência quando, em caso de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, houver prova suficiente do direito invocado”.
2. **Código Penal, art. 147.º** – estabelece a obrigação de prevenção e proteção de menores por parte de entidades que desenvolvem actividades de apoio e formação.
3. **Lei n.º 147/99, de 30 de Julho (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco)** – impõe a obrigação de vigilância e de adoção de medidas preventivas por parte de instituições que trabalhem com menores.
4. **Jurisprudência consolidada** (STJ, Acórdão n.º 123/2022) – reconhece a possibilidade de suspensão de atividades de associações quando demonstrado risco concreto de continuação de abusos.
5. No presente caso, verifica-se:

- **Perigo de dano irreparável** – a continuação das atividades da associação pode expor novos menores a situações de abuso;
- **Prova suficiente do direito** – a documentação anexa (relatórios de assistentes sociais, depoimentos de vítimas e laudos periciais preliminares) corrobora a alegação de risco.

### III – DECISÃO

1. **Concedo a tutela de urgência requerida**, nos termos do art. 294.º do CPC, determinando a **suspensão imediata e temporária de todas as atividades da Associação Casa da Juventude, Lda. que envolvam menores de idade**, até decisão final nos autos.

2. **Fica a associação obrigada a:**

Obrigação	Prazo	Observações
Suspender todas as inscrições, inscrições e participações de menores em programas, oficinas, projetos e eventos promovidos pela associação.	Imediato, com efeito a partir da notificação deste despacho.	A suspensão abrange quaisquer atividades realizadas em instalações próprias ou cedidas a terceiros.
Comunicar a medida a todos os responsáveis legais dos menores atualmente inscritos, bem como a todos os colaboradores da associação.	No prazo máximo de 48 (quarenta-e-oito) horas após a notificação.	Deve ser feita por escrito, com comprovativo de entrega.
Manter a documentação relativa a menores sob sua responsabilidade sob sigilo, e não divulgar informações pessoais.	Durante a vigência da medida.	Em conformidade com a Lei de Proteção de Dados Pessoais (RGPD).
Apresentar ao Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, relatório detalhado das medidas adotadas para cumprimento da presente decisão, bem como a lista completa de menores sob sua tutela.	15 dias a contar da notificação.	O relatório será juntado aos autos.

3. **Comunicação ao Ministério Público** – determino a imediata comunicação ao Ministério Público para que proceda à continuidade das diligências criminais e, se necessário, adote medidas cautelares complementares.

4. **Armação de caução** – em face da natureza da medida e da inexistência de risco patrimonial para a parte requerida, **não se impõe a constituição de caução**.

5. **Custas** – As custas processuais referentes a esta medida cautelar ficam a cargo da parte requerente, nos termos do art. 84.º do CPC.

6. **Notificação** – Notifique-se a **Associação Casa da Juventude, Lda.**, o seu ex-diretor **Carlos Mendes**, a parte autora e os respetivos mandatários, bem como o Ministério Público, para que tomem ciência desta decisão e cumpram as determinações aqui contidas.

7. **Intimação** – Intimem-se ainda os assistentes sociais e a Defensoria da República, a fim de que acompanhem a execução da medida e garantam a proteção dos menores envolvidos.

#### IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Esta decisão tem eficácia **imediata**, devendo ser cumprida sem prejuízo de recurso.
2. **Prazo para recurso** – Conforme art. 562.º do CPC, o recurso de apelação poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da notificação deste despacho.
3. **Execução** – A presente decisão será executada nos termos do art. 620.º do CPC, podendo o Juízo ordenar medidas coercitivas em caso de incumprimento.
4. **Registo** – Registe-se nos autos e proceda-se à sua publicação no Boletim da Ordem dos Advogados, se necessário.

---

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

---

**Dr. António Ribeiro**

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa